

# APEL rejeita acusações de exclusão de editoras da Feira do Livro de Lisboa

written by José Paulo Santos | 4 de Março, 2026



Na resposta enviada à nossa redação, a direção da APEL refuta as alegações de falta de transparência e defende que **“os critérios de participação são públicos”**, sublinhando que o Regulamento da Feira do Livro é divulgado com antecedência e que **todos os participantes que o solicitem recebem esclarecimentos sobre as decisões relativas às suas candidaturas.**

**Capacidade limitada: “Atingimos o limite em 2024”**

A APEL justifica ainda que, devido às **características físicas do Parque Eduardo VII**, o recinto da Feira atingiu em 2024 a capacidade máxima de 350 pavilhões, número que não poderá

crescer sem comprometer fatores como circulação de visitantes, segurança e conforto.

Segundo a associação, esta limitação obriga a que **cada edição tenha um número muito reduzido de lugares disponíveis para novas entradas.**

Para a distribuição de pavilhões, a organização afirma recorrer a um modelo **“sucessivamente aperfeiçoado”**, baseado em critérios quantitativos e qualitativos, entre os quais:

dados de mercado disponíveis;

número de referências ativas;

ações de promoção do livro e de incentivo à leitura (durante e fora da Feira);

diversidade e dimensão dos catálogos;

predominância do livro em língua portuguesa publicado em Portugal;

grau de consolidação dos projetos;

histórico de participação e cumprimento das regras.

A APEL enfatiza que procura assegurar **“proporcionalidade, equidade, pluralidade e diversidade”** entre os participantes.

### **Novas editoras independentes entrarão em 2026**

Apesar de não comentar casos específicos, a associação confirma que, na edição deste ano, está prevista a **entrada de novas editoras independentes**, reiterando que a integração de novos projetos é prioridade sempre que há disponibilidade de pavilhões e que os candidatos cumpram os critérios definidos.

### **Razões para rejeição de candidaturas**

A APEL esclarece igualmente os motivos que podem levar à recusa de participação na Feira, entre os quais:

presença direta ou indireta de pagamentos por parte de autores como contrapartida para inclusão das obras no pavilhão ou realização de eventos;

incumprimento de normas em edições anteriores, incluindo ocupação indevida de espaços comuns;

presença de oferta centrada em produtos que não livros;

incumprimento reiterado de prazos de pagamento.

A organização garante que qualquer participante que o solicite pode conhecer as razões da decisão relativa ao seu pedido.

### **Melhorias no recinto e evolução da Feira**

A APEL recorda também que, nos últimos anos, a Feira tem sido alvo de melhorias estruturais devido ao forte crescimento do número de visitantes – que, no espaço de uma década, mais do que duplicou.

Entre as mudanças implementadas desde 2014, a associação destaca:

aumento das zonas de descanso e de sombra;

duplicação da dimensão do auditório;

reforço dos espaços de programação cultural;

crescimento do número de instalações sanitárias (de 2 para 5);

manutenção da proporção de equipamentos de restauração, apesar do aumento de público.

Segundo a APEL, estas transformações procuram garantir que o evento continue a oferecer **“uma experiência equilibrada e sustentável”** tanto para leitores como para agentes do setor.

APEL lamenta criação de **“informações que colocam em causa a integridade do processo”**.

No final da nota enviada ao O Cidadão, a direção da associação lamenta que tenham surgido na esfera pública informações que, na sua perspetiva, **“colocam em causa a integridade do processo de organização da Feira do Livro de Lisboa”**.

A APEL afirma que a sua atuação se pauta – e continuará a pautar – **“pelo rigor, transparência e abertura ao diálogo”**, assegurando que qualquer candidato tem direito a conhecer os fundamentos da decisão sobre a sua participação.